

## **Custos do retrocesso na abertura comercial**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Com a enxurrada de decisões de reversão da abertura comercial o governo mostra-se disposto a abrir mão de um dos pilares que viabilizaram o estrondoso sucesso do Plano Real. A disciplina imposta pela concorrência das importações forçou a redução de preços dos produtos competitivos produzidos internamente à medida que se aprofundava a liberalização comercial.

É inexorável que os produtores domésticos utilizem a margem de manobra criada pela reversão da abertura para aumentar os preços internos enquanto vigorarem aumentos tarifários, cotas de importação, ou regimes discricionários de incentivo às exportações ou investimentos. Esta folga para reajustes de preços afetará negociações com fornecedores e empregados, transmitindo as pressões inflacionárias para o resto da economia.

A reversão da abertura comercial afeta de forma significativa a credibilidade do programa econômico. Cotas e regimes discricionários violam regras aprovadas na Rodada Uruguai e referendadas pelo Congresso Nacional. Nossos parceiros comerciais estarão atentos à preservação destas disciplinas.

A esses desgastes potenciais somam-se os já ocorridos e os por ocorrer no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), habilmente utilizados como cortina de fumaça para obscurecer a fraqueza dos argumentos do governo para impor cotas de importação e ressuscitar o Befiex. (Aliás, por que é mesmo que o Befiex não funcionou como estímulo à capacidade competitiva das montadoras no passado?)

É fraca a justificativa de que outros países adotam, ou pretendem adotar, política protecionista semelhante. Estes países, copio os Estados Unidos e a União Europeia, têm poder de barganha muito superior ao do Brasil e estabelecem cotas aplicáveis a supridor específico, o Japão, não se afetam indiscriminadamente a todos os supridores como no regime brasileiro.

Seria possível, em tese, copiar regimes comerciais indesejáveis para qualquer setor da economia brasileira tais como, por exemplo, a famigerada política agrícola da União Europeia, ou o regime de proteção têxtil dos países desenvolvidos. O que o governo não conseguiu explicar a contento é por que o regime discricionário que escolheu foi em benefício das montadoras de automóveis. Ou será que vamos copiar os piores regimes comerciais setoriais de cada um dos nossos parceiros?

Alega-se que o governo não dispunha de instrumentos alternativos para conter o déficit comercial. Isto não é correto. A imposição de cotas sobre importações de automóveis não resolverá o problema do déficit comercial. O crescimento de importações, embora mais significativo no caso de bens de consumo durável, foi substancial para todos os tipos de bens. A participação dos automóveis na pauta de importações é muito baixa, menos de das compras externas totais tomando o período de janeiro a maio como referência. As importações de bens intermediários praticamente dobraram no mesmo período, retratando o aquecimento do nível

de atividade, a valorização do real e a antecipação de compras de importados estimuladas por sucessivos erros na condução da política econômica. A receita para botar a casa em ordem inclui, prioritariamente, o controle da demanda agregada e não apenas das importações.

Se o governo acredita que a demanda é sensível a preços poderia aumentar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os bens de luxo que considerar adequados: por exemplo, automóveis com motores a partir de determinada cilindrada. O importante é que não haja discriminação entre produção doméstica e importações.

Além disso, é necessário que passem a ter credibilidade as tímidas afirmações governamentais de que a reversão da abertura é temporária. É necessário estabelecer um cronograma, talvez trimestral, assegurando até meados de 1996, a extinção de cotas e a redução tarifária para os valores do final de 1994. Isso teria a vantagem de estimular o adiamento das importações para o próximo ano.

É importante, também, o desmantelamento do regime automotriz, antes que a sua ilegalidade cause problemas na Organização Mundial de Comércio, e sem prejuízo de alguma renegociação no âmbito do Mercosul. Finalmente, é essencial que o governo evite repetir o que fez nos últimos meses, estimulando-a antecipação de importações ao cometer erros sucessivos na formulação e implementação de políticas relevantes para o comércio exterior brasileiro. Não deve ser comprometida a prioridade do objetivo principal que é o sucesso continuado do Plano Real.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.